



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640045 - RS (2021/0012697-2)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : MILENA DOS SANTOS PINHEIRO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MILENA DOS SANTOS PINHEIRO - RS117467  
FELIPE SOARES MACEDO - RS120457  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : MARCIO ROBERTO TAVARES BRASIL (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MÁRCIO ROBERTO TAVARES BRASIL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC N. 0072592-37.2020.8.21.7000).

O paciente teve a prisão preventiva decretada, por ocasião do recebimento da denúncia, na qual consta como autor de homicídio qualificado.

A impetrante sustenta não estarem demonstrados os requisitos da segregação cautelar.

Aduz que o paciente foi atingido por cinco projéteis de arma de fogo e que necessita de tratamento médico que não pode ser ministrado na prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, seja revogada a preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, conforme consta do acórdão atacado (fls. 16/17):

*Cumpra salientar que, estando devidamente fundamentada a decisão judicial (artigo 93, IX, da Constituição Federal), no caso, mostra-se plenamente justificável a privação cautelar da liberdade do paciente em caráter excepcional, haja vista a demonstração da existência do crime, de indícios suficientes de autoria e do periculum libertatis, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*Com efeito, a materialidade delitiva e os indícios de autoria restaram evidenciados pelos documentos carreados aos autos (laudo pericial de fls. 52-53) e pela prova oral produzida na investigação policial, sobretudo o depoimento de Gabriela Jardim Simões, que refere ter encontrado o paciente na data dos fatos, sendo que o mesmo teria lhe relatado ter agredido a vítima e depois a jogado da ponte (fls. 37-38).*

*Nesse sentido, o decreto preventivo referiu:“(...) quanto à representação pela prisão preventiva do réu formulada pela Autoridade Policial, acolho o pedido do Ministério Público. Isso porque, há nos autos prova da materialidade, conforme laudo pericial de necropsia (fls. 15v/16); assim*

*como indícios de autoria, uma vez que consta nos autos termos de declarações de testemunhas que apontam a autoria para o réu (...)."*

*Quanto ao periculum libertatis, restou evidenciado pela gravidade da conduta perpetrada, haja vista as circunstâncias do caso concreto. **Repiso, o fato é grave, consiste em crime doloso contra a vida, hediondo e punível com pena superior a quatro(4)anos (artigo 313,I, do Código de Processo Penal), e apresentou uma forma de execução brutal, com a vítima tendo sido jogada de uma ponte.***

*Logo, as circunstâncias concretas do delito justificam a necessidade da prisão preventiva, porquanto demonstrada a conduta desajustada de violência e desrespeito com a vida humana, a evidenciar a periculosidade do paciente, o que não se abala diante da primariedade.*

*Diante da extrema gravidade concreta do delito imputado ao paciente, suas condições pessoais favoráveis –primariedade absoluta –, por si só, não são suficientes para autorizar a concessão da liberdade.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência